



DIÁRIO OFICIAL

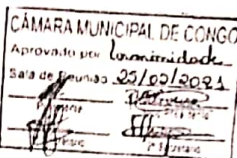
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

ATOS DO PODER LEGISLATIVO



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de Congo
Casa José Jorge de Sousa



ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA.

Aos 18 (dezoito), dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um (2021), às 19h, no edifício sede da Câmara Municipal de Vereadores sito a Rua Senador Rui Carneiro, 38, nesta cidade de Congo, Estado da Paraíba, reuniram-se sob a presidência do vereador Aderaldo Pereira Netto, da vice-presidente Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira, 1º Secretário Jucelio Quintans da Silva e do 2º Secretário Fabiano Fernandes de Lagos, o Presidente proferiu "em nome de Deus o todo poderoso declaro aberto à sessão." Em seguida o Presidente pediu ao Primeiro Secretário para que o mesmo fizesse a leitura de um texto bíblico, o qual leu: Salmo 12, versículos um e dois. Em seguida o Primeiro Secretário fez a chamada nominal dos vereadores registrando as presenças de: Aderaldo Pereira Netto, Ademir de Oliveira, Fabiano Fernandes de Lagos, Jose Roberto da Silva, Jucelio Quintans da Silva, Miguel Jordão Netto, Maria da Conceição Alves da Silva, Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira e Sebastião da Silva. Em seguida o Presidente informou a matéria do expediente que consta da seguinte forma: 1. Requerimento de nº 01/2021, aprovado por unanimidade. 2. Requerimento de nº 02/2021, aprovado por unanimidade. 3. Requerimento de nº 03/2021, aprovado por unanimidade. 4. Requerimento de nº 04/2021, aprovado por unanimidade. 5. Requerimento de nº 05/2021, aprovado por unanimidade. 6. Requerimento de nº 06/2021, aprovado por unanimidade. 7. Requerimento de nº 07/2021, aprovado por unanimidade. 8. Requerimento de nº 08/2021, aprovado por unanimidade. 9. Requerimento de nº 09/2021, aprovado por unanimidade. O presidente convidou o prefeito do Município Romualdo Antônio Quirino de Sousa para fazer parte da mesa e que o mesmo fizesse uso da palavra, o mesmo teve comentários sobre assuntos relacionados aos requerimentos apresentados, como também os vereadores Jose Roberto, Fabiano Fernandes, Miguel Jordão e o Presidente Aderaldo debateram sobre as questões de Covid19 e também como poderia ser viabilizada uma data para realização das provas objetivas do concurso público desse município suspenso pelo TCE. Não havendo mais nada a tratar o Presidente deu por encerrada a Sessão que para constar foi lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada segue assinada pela mesa diretora

REQUERIMENTO N.º 10/2021.

O VEREADOR JUCELIO QUINTANS DA SILVA, QUE ABAIXO SUBSCREVE COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLÊNARIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO URGENTE DA REDE DE ESGOTO DA RUA ADERALDO PEREIRA NA SEDE DO MUNICÍPIO.

JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requero do poder executivo municipal a manutenção e ampliação da rede esgoto da rua Aderaldo Pereira o mesmo está trazendo transtorno a população que lá residem e carece urgência de manutenção.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 23 de fevereiro de 2021.

Jucelio Quintans da Silva
Vereadora PSB

REQUERIMENTO N.º 11/2021.

A VEREADORA MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES DA SILVA, QUE ABAIXO SUBSCREVE, COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLÊNARIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO AO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO QUE CONSTRUA UMA PASSAGEM MOLHADA NO RIACHO QUE DÁ ACESSO A COMUNIDADE SANTA RITA DE CIMA.

JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizadora, requero do poder executivo municipal a construção uma passagem molhada no riacho de Normando na estrada da Sítio Santa Rita de Cima, garantindo o acesso da população nos períodos de chuva, sendo que é um desejo antigo da Comunidade.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 23 de fevereiro de 2021.

Maria da Conceição Alves da Silva

Vereadora PSB

REQUERIMENTO N.º 12/2021.

O VEREADOR JUCELIO QUINTANS DA SILVA, QUE ABAIXO SUBSCREVE COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLÊNARIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO CONSTRUÇÃO DE LOMBADAS (QUEBRA MOLAS) EM ALGUMAS RUAS DA CIDADE.

JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requero do poder executivo municipal a construção de lombadas (quebra-molas) na Rua Maria de Sousa Marcolino na esquina da madeireira Jatobá outro em frente a mercearia de Inácio de Zacarias e outro na saída para Jataúba em frente ao restaurante bom sabor, para dar mais segurança aos pedestres.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 23 de fevereiro de 2021.

Jucelio Quintans da Silva
Vereadora PSB



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

REQUERIMENTO N.º 13/2021.

A VEREADORA ROSEANNE MIKAELLE PEREIRA DE OLIVEIRA, QUE ABAIXO SUBSCREVE, COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO QUE SEJA FEITA UMA PASSAGEM MOLHADA ENTRE AS COMUNIDADES DE LAGOA DA ILHA E CARMO.

JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requeiro do poder executivo municipal a construção da passagem molhada, para melhorar a qualidade no acesso em período de chuva das pessoas daquelas comunidades.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 25 de fevereiro de 2021.

Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira
ROSEANNE MIKAELLE PEREIRA DE OLIVEIRA

Vereadora PSB

REQUERIMENTO N.º 14/2021.

A VEREADORA ROSEANNE MIKAELLE PEREIRA DE OLIVEIRA, QUE ABAIXO SUBSCREVE, COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO QUE SEJA FEITA A ILUMINAÇÃO DO CAMPO DA LAGINHA.

JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requeiro do poder executivo municipal a implantação de iluminação em refletores do campo de futebol da comunidade Sítio Laginha, por ser um desejo antigo da população e dos atletas desta comunidade.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 25 de fevereiro de 2021.

Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira
ROSEANNE MIKAELLE PEREIRA DE OLIVEIRA

Vereadora PSB

REQUERIMENTO N.º 15/2021.

O VEREADOR ADEMIR DE OLIVEIRA, QUE ABAIXO SUBSCREVE, COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO A IMPLANTAÇÃO DE UM PONTO DE ONIBUS NA SALINAS.

JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requeiro do poder executivo municipal a Implantação de um ponto de ônibus na Comunidade Salinas para utilização dos passageiros e usuários de transporte em geral das comunidades Salinas e adjacentes ficarem protegidas do sol e da chuva, no período em que esperam a chegada de seus respectivos transportes.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 25 de fevereiro de 2021.

Ademir de Oliveira
Ademir de Oliveira

Vereador PDT

REQUERIMENTO N.º 16/2021.

O VEREADOR ADEMIR DE OLIVEIRA, QUE ABAIXO SUBSCREVE, COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO A IMPLANTAÇÃO DE UM MATA-BURRO NA ESTRADA DO RIACHO DA ROÇA MULUNGU.

JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requeiro do poder executivo municipal a Implantação de um mata-burro na estrada que liga o Sítio Riacho da Roça ao Mulungu, com o objetivo de evitar que dos animais venham para a Rodovia, evitando possíveis acidentes entre automóveis e animais.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 25 de fevereiro de 2021.

Ademir de Oliveira
Ademir de Oliveira

Vereador PDT



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 331/2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS RESTRITIVAS E EMERGENCIAIS PARA O CONTROLE E PREVENÇÃO DO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 41.053 de 23 de fevereiro de 2021 que dispôs sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO ainda a classificação da situação dos municípios na aferida na 19ª Avaliação vigente quinzenalmente e a partir de 22 de fevereiro de 2021, na qual o município de Congo continua em "bandeira amarela";

CONSIDERANDO todos os esforços empreendidos pela Prefeitura Municipal de Congo, para a efetivação de medidas de prevenção à Pandemia da COVID-19, atentando prioritariamente para a situação epidemiológica atual da cidade nos esforços contínuos para amenizar o aumento dos números de casos conforme últimos boletins emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde e;

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população do município;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas medidas restritivas e emergenciais de combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em todo o território do Município de Congo, ficando restrita a circulação de pessoas, a modalidade de aulas na rede de ensino, o funcionamento de comércio e das repartições públicas, no período compreendido inicialmente, entre os dias 04 e 19 de março de 2021.

Art. 2º - Permanecem abertos com adequações dos protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, os seguintes serviços:

I - Serviços considerados essenciais como: supermercados, mercadinhos, mercearias, conveniência, hortifruti, lava a jato, oficina mecânica, borracharia e açougues, unidade odontológica, revendedores de água e gás, casa lotérica, laboratório de análises clínicas, poderão funcionar das 06:00 até às 17:00hs.

II - Lojas de varejo, de produtos agropecuários, de material de construção poderão funcionar das 06:00 até 17:00hs.

III - Farmácias, padarias e postos de combustíveis poderão funcionar entre 06:00 até 22:00hs.

IV - Academias, até 21:00hs, sendo ainda obrigatório fazer a desinfecção com produto sanitário após cada uso dos aparelhos e proibido o uso de bebedouros, permitindo-se somente a posse de garrafa individualizada, bem como promoverá a aferição e controle da temperatura dos feirantes e público.

Parágrafo Único. Nos casos do inciso IV do presente artigo, obriga-se ainda, à apresentação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de 04 de março de 2021, dia este de começo das medidas restritivas e emergenciais explicitadas no presente decreto, a apresentar junto à Secretaria Municipal de Saúde o devido Plano de Atendimento destinado aos usuários daquele estabelecimento durante o período de vigência estipulado no caput do Art. 1º deste decreto.

Art. 3º - Fica obrigatório, a todos os responsáveis pelo funcionamento dos estabelecimentos descritos no Art. 2º deste decreto, exigir o uso da máscara aos clientes e funcionários que neles adentrarem, mobilizarem para o fiel cumprimento do distanciamento social, bem como disponibilizar, de modo gratuito, o fornecimento de álcool em gel 70%, a fim de garantir a desinfecção das mãos dos respectivos clientes.

Art. 4º - É obrigatório, em todo território do Município de Congo/PB, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas que estejam em circulação nas vias públicas do município.

Parágrafo Único - O uso de máscara previsto no caput é obrigatório nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados que estejam autorizados a funcionar de forma presencial e nos veículos públicos e particulares que transportem passageiros.

Art. 5º - As seguintes atividades poderão funcionar seguindo-se as seguintes restrições:

I - Cabeleleiros, barbearias, manicures, pedicure, serviços de depilação e demais estabelecimentos de serviços similares, atendendo exclusivamente por agendamento prévio e desde que siga todas as medidas sanitárias obrigatórias de combate ao novo coronavírus (COVID-19), objetivando-se assim, a atender um cliente de cada vez e priorizando pelo distanciamento social, evitando-se assim a aglomeração dentro do recinto do estabelecimento;

II - Missas, cultos e demais cerimônias religiosas, poderão ser realizadas nas sedes das igrejas e templos, neste caso com ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos;

III - Reuniões de associações e similares, poderão ser realizadas nas sedes destas, neste caso com ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos.

Art. 6º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a utilização de aparelhos sonoros por parte da população em geral nos espaços públicos do município de Congo/PB que possam causar aglomerações, excetuando-se a utilização de tais aparelhos por parte do poder público para fins de assegurar a realização de campanhas de conscientização na prevenção da disseminação do COVID-19.

Art. 7º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a realização de shows, festejos, públicos ou particulares, eventos culturais no âmbito da zona urbana ou rural do município de Congo/PB.

Parágrafo Único. Como forma de incentivar a prática do desporto, ficam permitidas as atividades esportivas em campos de futebol, parques, ginásios e quadras, desde que sejam observados os protocolos sanitários e de combate à pandemia, ficando ainda, proibido a presença de público nos locais que propiciem aglomerações.

Art. 8º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto o acesso de pessoas em ambientes que sejam voltados para a prática de entretenimento e que estejam localizados no âmbito do município de Congo/PB, seja na zona urbana ou rural.

Art. 9º - Os restaurantes, lanchonetes, sorveterias, estabelecimentos que comercializem a venda de bebida alcoólicas e similares, poderão funcionar durante o prazo de vigência deste decreto da seguinte forma:

a) das 06:00 às 16:00hs com o atendimento dentro de suas dependências e desde que siga todas as medidas sanitárias obrigatórias de combate ao novo coronavírus (COVID-19), quais sejam: exigir o uso da máscara aos clientes que neles adentrarem, mobilizarem para o cumprimento do distanciamento social, bem como disponibilizar, de modo gratuito, o fornecimento de álcool em gel 70%, a fim de garantir a desinfecção das mãos dos respectivos clientes;

b) das 06:00 às 22:00hs com atendimento de entrega do produto em domicílio e/ou retirada do produto pelo cliente.

Art. 10 - A feira livre funcionará com as restrições impostas pelo art. 4º e seu parágrafo único.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu quadro de pessoal, irá realizar a devida fiscalização das normas descritas neste decreto junto a feira livre, e, promoverá a higienização da população com o uso de álcool 70%, bem como promoverá a aferição e controle da temperatura dos feirantes e público.

Art. 11 - A rede pública municipal durante o prazo de vigência deste decreto, funcionará em regime de aulas remotas.

Art. 12 - Em consonância com os termos do Decreto Estadual nº 41.503/2021, no âmbito deste município, as instituições privadas de ensino fundamental das séries iniciais e do ensino infantil poderão funcionar em sistema híbrido ou por meio remoto, facultando a escolha aos pais e responsáveis.

Art. 13 - As secretarias municipais, bem como a estrutura administrativa do município, permanecerão com as atividades em pleno funcionamento, no entanto o atendimento à população em geral se dará única e exclusivamente no horário de segunda-feira às sexta-feira de 08:00 às 12:00hs e com a observância das normas descritas neste decreto, a fim de evitar aglomerações nas respectivas dependências, excetuando-se os serviços de saúde.

Art. 14 - A infração a quaisquer dos dispositivos desta normativa poderá acarretar a cassação de alvará de funcionamento e interdição imediata do estabelecimento, sujeitar o infrator às penas previstas no art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e a incidência do crime de infração de medida sanitária preventiva de que trata o art. 268 do Código Penal ou de outros crimes previstos no Código Penal.

Art. 15 - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidas a Secretaria Municipal de Saúde que organizará sistematicamente o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) e a Procuradoria Geral do Município.

Art. 16 - A vigilância sanitária municipal, as forças policiais estaduais, e o PROCON estadual ficarão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesse decreto, e o descumprimento sujeitará o estabelecimento à aplicação de multa e poderá implicar no fechamento em caso de reincidência.

Parágrafo Único - Os recursos oriundos das multas aplicadas em razão do disposto no caput serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Art. 17 - Os estabelecimentos autorizados a funcionar, nos termos deste decreto, deverão

§1º - Constatada qualquer infração ao disposto no caput, deste artigo, será o estabelecimento notificado e multado e poderá ser interditado por até 07 (sete) dias em caso de reincidência

§2º - Em caso de nova reincidência, será ampliado para 14 (catorze) dias o prazo de interdição do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, na forma deste artigo.

§3º - O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até R\$20.000,00 (vinte mil reais).

§4º - Todos os órgãos responsáveis pela fiscalização, enumerados no Art. 10, poderão aplicar as penalidades tratadas nesse artigo.

§5º - O disposto neste artigo não afasta a responsabilização civil e a criminal, nos termos do art. 268 do Código Penal.

Art. 18 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 19 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se revogadas as disposições em contrário, suspendendo-se desde já, a vigência do Decreto nº 326/2021 enquanto perdurar os efeitos do presente decreto.

Predio Sede da Prefeitura, Congo/PB, 2 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR ALDERI DE LIMA FEITOSA NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor, ALDERI DE LIMA NUNES, portado do RG nº. 117.410.784-74 SSDS/PB, e CPF nº.117.410.784-74, residente e domiciliado na Rua Jose de Oliveira Marculino, Centro, Congo-PB, para a função de **PROFESSOR DO FUNDAMENTAL II**, na Escola Municipal de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincluído, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência as relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC
12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE

3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

ALDERI DE LIMA FEITOSA
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N-CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA ANA TATYELLE DE SOUSA LIMA, NESTE ATO DENOMINADA CONTRATADA DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata a senhora, ANA TATYELLE DE SOUSA LIMA, portadora do nº. 3.868.450 SSDS/PB, e CPF nº.107.111.534-00, residente e domiciliada na Rua Joaquim Alves Til, Centro, Congo-PB, para a função de PROFESSORA DO FUNDAMENTAL I, no Sítio Riacho do algodão, Escola da Zona Rural do município de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reiniciado, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- V. Pelo término do prazo contratual
- VI. Por iniciativa do contratado
- VII. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- VIII. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência as relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC

12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE

3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinada

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

ANA TATYELLE DE SOUSA LIMA
CONTRATADA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N-CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA CACIA ARIELA GOUVEIA DE FARIAS, NESTE ATO DENOMINADA CONTRATADA DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata a senhora, CACIA ARIELA GOUVEIA DE FARIAS, portadora do RG nº. 3.462.884 SSDS/PB, e CPF nº.093.890.424-88, residente e domiciliada No Sítio Poço Comprido, Zona Rural, Congo-PB, para a função de PROFESSORA DO FUNDAMENTAL I, no Sítio Tatu, Escola da zona Rural do Municipal de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01(Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidentido, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XVII. Pelo término do prazo contratual
- XVIII. Por iniciativa do contratado
- XIX. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XX. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concorrente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC

12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE

3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

CACIA ARIELA GOUVEIA DE FARIAS
CONTRATADA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N-CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O FELIPE BARBOSA NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor, FELIPE BARBOSA, portado do RG nº. 3.462.875 DS/PB, e CPF nº.093.094.754-12, residente e domiciliado na Rua Jose Henrique Bezerra, Centro, Congo-PB, para a função de PROFESSOR DO FUNDAMENTAL II, na Escola Municipal de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reiniciado, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XXXIII. Pelo término do prazo contratual
- XXXIV. Por iniciativa do contratado
- XXXV. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XXXVI. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência as relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC
12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE
3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

FELIPE BARBOSA
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039 /2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N-CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR GILBERTO LEAL DE BARROS NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor, GILBERTO LEAL DE BARROS, portado do RG nº. 30.686 SSDS/PB, e CPF nº.620.083.404-06, residente e domiciliado na Rua Rita Cipriano Bezerra, Centro, Sumé-PB, para a função de PROFESSOR DO FUNDAMENTAL II, na Escola Municipal de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidido, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XXIX. Pelo término do prazo contratual
- XXX. Por iniciativa do contratado
- XXXI. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XXXII. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC

12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE

3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

GILBERTO LEAL DE BARROS
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA JOSEFA ISABEL DE FREITAS LOURENÇO, NESTE ATO DENOMINADA CONTRATADA DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata a senhora, JOSEFA ISABEL DE FREITAS LOURENÇO, portadora do RG nº. 3.868.316 SSDS/PB, e CPF nº.106.217.484-47, residente e domiciliada na Rua Aderaldo Pereira, Centro, Congo-PB, para a função de PROFESSORA DO FUNDAMENTAL I, na Escola Municipal de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reiniciado, quando cessadas as razões que o motivaram na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XIII. Pelo término do prazo contratual
- XIV. Por iniciativa do contratado
- XV. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XVI. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência as relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC

12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE

3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

JOSEFA ISABEL DE FREITAS LOURENÇO
CONTRATADA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N-CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA MARIA ELISANGELA DOS SANTOS SILVA, NESTE ATO DENOMINADA CONTRATADA DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata a senhora, MARIA ELISANGELA DOS SANTOS SILVA, portadora do RG nº. 3.868.488SSDS/PB, e CPF nº.107.111.334-84, residente e domiciliada na Rua Geraldo Alves Tio, Centro, Congo-PB, para a função de PROFESSORA DO FUNDAMENTAL I, no Distrito do Carmo, Escola da Zona Rural do município de Congo-PB sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reiniciado, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.
05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC
12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE
3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

MARIA ELISANGELA DOS SANTOS SILVA
CONTRATADA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 042/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA MARIA FRANCINETE DE SOUSA RAMOS, NESTE ATO DENOMINADA CONTRATADA DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata a senhora, MARIA FRANCINETE DE SOUSA RAMOS, portadora do RG nº. 2.301.187 SSDS/PB, e CPF nº.040.558.874-77, residente e domiciliada na Rua José de Queiroz Freitas, Centro, Congo-PB, para a função de PROFESSORA DO FUNDAMENTAL II, na Escola Municipal de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidido, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- IX. Pelo término do prazo contratual
- X. Por iniciativa do contratado
- XI. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XII. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concorrente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC

12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE

3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

MARIA FRANCINETE DE SOUSA RAMOS
CONTRATADA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA VALERIA ALVES FEITOSA NOGUEIRA NESTE ATO DENOMINADA CONTRATADA DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata a senhora, VALERIA ALVES FEITOSA NOGUEIRA, portadora do RG nº. 3.557.381 SSDS/PB, e CPF nº.087.385.264-84, residente e domiciliada na Rua Pedro Lucas, Centro, Congo-PB, para a função de PROFESSORA DO FUNDAMENTAL II, na Escola Municipal de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidente, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XXV. Pelo término do prazo contratual
- XXVI. Por iniciativa do contratado
- XXVII. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XXVIII. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concorrente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

- 05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC
- 12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE
- 3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.
ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

VALERIA ALVES FEITOSA NOGUEIRA
CONTRATADA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044 /2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N-CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR GABRIEL FRANCISCO FARIAS DA SILVA, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor GABRIEL FRANCISCO FARIAS DA SILVA, portador do RG nº 4.412.146 SSDS/PB, e CPF nº 135.785.134-07, residente e domiciliado na Rua Aderaldo Pereira, Centro, Congo-PB, para a função de AGENTE DE COMBATE AO COVID-19, para atuar em ações de combate e prevenção ao COVID-19, com atividades de segunda a sábado, no município de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará ao contratado o valor mensal de R\$1.200,00 (Mil e Duzentos Reais),havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidento, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao termino do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XXI. Pelo término do prazo contratual
- XXII. Por iniciativa do contratado
- XXIII. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XXIV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concorrente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

GABRIEL FRANCISCO FARIAS DA SILVA
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR JOAO VINICIUS CARDOSO NEVES, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor JOAO VINICIUS CARDOSO NEVES, portador do RG nº 4.431.708 SSDS/PB, e CPF nº102.498.304-85, residente e domiciliado na Rua José Teotônio da Silva, Centro, Congo-PB, para a função de AGENTE DE COMBATE AO COVID-19, para atuar em ações de combate e prevenção ao COVID-19, com atividades de segunda a sábado, no município de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará ao contratado o valor mensal de R\$1.200,00 (Mil e Duzentos Reais),havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincluído, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XXIX. Pelo término do prazo contratual
- XXX. Por iniciativa do contratado
- XXXI. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XXXII. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

JOAO VINICIUS CARDOSO NEVES
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046 /2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA LUCICLEIDE DA SILVA TEIXEIRA, NESTE ATO DENOMINADA CONTRATADA DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata a senhora LUCICLEIDE DA SILVA TEIXEIRA, portadora do RG nº 3.868.585 SSDS/PB, e CPF nº 131.243.704-90, residente e domiciliado no Sítio Barra do Rio, Zona Rural, Congo-PB, para a função de AGENTE DE COMBATE AO COVID-19, para atuar em ações de combate e prevenção ao COVID-19, com atividades de segunda a sábado, no município de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará ao contratado o valor mensal de R\$1.200,00 (Mil e Duzentos Reais),havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidido, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XXV. Pelo término do prazo contratual
- XXVI. Por iniciativa do contratado
- XXVII. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XXVIII. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.
ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

LUCICLEIDE DA SILVA TEIXEIRA
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR NATELSON DE FARIAS MONTEIRO, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor NATELSON DE FARIAS MONTEIRO, portador do RG 4.119.083 SSDS/PB, e CPF nº703.991.304-62, residente e domiciliado na Rua Aderaldo Pereira, Centro, Congo-PB, para a função de AGENTE DE COMBATE AO COVID-19, para atuar em ações de combate e prevenção ao COVID-19, com atividades de segunda a sábado, no município de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará ao contratado o valor mensal de R\$1.200,00 (Mil e Duzentos Reais),havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidido, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao termino do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XXXIII. Pelo término do prazo contratual
- XXXIV. Por iniciativa do contratado
- XXXV. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XXXVI. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

NATELSON DE FARIAS MONTEIRO
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048 /2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR JAELETON DE SOUSA ALMEIDA, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor JAELETON DE SOUSA ALMEIDA, portador do RG: 56.845.178-5 SSP/PB, e CPF nº063.421.624-41, residente e domiciliado no Sítio Santa Rita, Zona Rural, Congo-PB, para a função de ATENDENTE-APOIO E COMBATE AO COVID-19, designado para prestar serviços na Sala de Combate ao Covid, no município de Congo-PB sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará ao contratado o valor mensal de R\$1.100,00 (Mil e Duzentos Reais),havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reiniciado, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

XXXVII. Pelo término do prazo contratual

XXXVIII. Por iniciativa do contratado

XXXIX. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;

XL. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

JAELETON DE SOUSA ALMEIDA
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049 /2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR JOSÉ VAMBERTO DA SILVA, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor JOSE VAMBERTO DA SILVA, portador do RG: 50.902.536-5 SSP/PB, e CPF nº286.148.508, residente e domiciliado no Sítio Carmo, Zona Rural, Congo-PB, para a função de MOTORISTA, na Secretária municipal de Saúde, dando suporte nas ações de combate e prevenção ao COVID-19, no município de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará ao contratado o valor mensal de R\$1.100,00 (Mil e Duzentos Reais), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidido, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XLI. Pelo término do prazo contratual
- XLII. Por iniciativa do contratado
- XLIII. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XLIV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

JOSE VAMBERTO DA SILVA
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050 /2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR JOSE RENATO LINS DE FARIAS, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor JOSE RENATO LINS DE FARIAS, portador do RG nº 6.271.648 SSDS/PB, e CPF nº0048.723.004-32, residente e domiciliado na Rua Bom Jesus, Centro, Tuparetama-PE, para a função de EDUCADOR FISICO, exercendo suas atividades na Academia da saúde, no município de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$2.000,00(Dois Mil Reais), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincluído, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- IX. Pelo término do prazo contratual
- X. Por iniciativa do contratado
- XI. Pela prática comprovada de ilícito funcional, ou;
- XII. Pela extinção da causa transitória da contratação

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência as relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

JOSÉ RENATO LINS DE FARIAS
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA NAZALYNNE YASMIN DE SOUSA OLIVEIRA, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento trata a senhora NAZALYNNE YASMIN DE SOUSA OLIVEIRA, portadora do RG nº 3.290.656 SSDS/PB, e CPF nº 072.369.424-99, residente e domiciliado na Rua José Lucas Irmão, Centro, Congo-PB, para a função de NUTRICIONISTA DO NASF, locada na Secretária Municipal de Saúde, no município de Congo-PB sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$2.000,00(Dois Mil Reais), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reiniciado, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

ÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- V. Pelo término do prazo contratual
- VI. Por iniciativa do contratado
- VII. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- VIII. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

NAZALYNNE YASMIN DE SOUSA OLIVEIRA
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR GILBERTO DE LIMA OLIVEIRA, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento trata o senhor, GILBERTO DE LIMA OLIVEIRA, portador do RG nº 3.535.687 SSP/PB, e CPF nº 088.107.014-96, residente e domiciliado na Rua Antero Cunha Torreão, Centro, Serra Branca-PB, para a função de EDUCADOR FÍSICO DO NASF, exercendo suas atividades na Academia da saúde, no município de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$2.000,00(Dois Mil Reais), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidido, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XIII. Pelo término do prazo contratual
- XIV. Por iniciativa do contratado
- XV. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XVI. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concorrente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

GILBERTO DE LIMA OLIVEIRA
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA EDINALVA MORAES DOS SANTOS, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata a senhora EDINALVA MORAES DOS SANTOS, portadora do RG nº 1.531.133 SSDS/PB, e CPF nº 753.661.784-15, residente e domiciliado na Rua Vereador Antônio Bernardo de Sousa, nº 149, Serra Branca-PB, para a função de ENFERMEIRA, No Centro municipal de Saúde, para atuação em ações de prevenção e combate ao COVID-19, no município de Congo-PB sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, pelo CONTRATADO, a remuneração será correspondente a R\$1.200,00(Mil e Duzentos Reais), pagos mensalmente.

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidente, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual.
- II. Por iniciativa do contratado.
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

EDINALVA MORAES DOS SANTOS
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O SENHOR BRUNO JACOMELLE ANDRADE BORGES, NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor BRUNO JACOMELLE ANDRADE BORGES, portadora do RG nº 2.649.807 SSP/PB, e CPF nº 041.370.574-94, residente e domiciliado na Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 5000, Campina Grande-PB, para a função de MÉDICO, designado para o PSF I, para atuar em ações de prevenção e combate ao COVID-19, no município de Congo-PB sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, pelo CONTRATADO, a remuneração será correspondente a R\$13.000,00 (treze Mil Reais), pagos mensalmente.

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reiniciado, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- XVII. Pelo término do prazo contratual
- XVIII. Por iniciativa do contratado
- XIX. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- XX. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

BRUNO JACOMELLE ANDRADE BORGES
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA ANDREZA APARECIDA OLIVEIRA PEREIRA NESTE ATO DENOMINADA CONTRATADA DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata a senhora, ANDREZA APARECIDA OLIVEIRA PEREIRA, portadora do RG nº 4.317.552 SSDS/PB, e CPF nº.130.189.764-79, residente e domiciliada na Rua Chateaubriand Pereira, Centro, Congo-PB, para a função de PROFESSORA DO FUNDAMENTAL I, na Escola Municipal de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidente, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

XXXVII. Pelo término do prazo contratual

XXXVIII. Por iniciativa do contratado

XXXIX. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;

XL. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC

12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE

3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

ANDREZA APARECIDA OLIVEIRA PEREIRA
CONTRATADA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056 /2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO O JOSE DE ARIMATHÉIA SOUSA NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata o senhor, JOSE DE ARIMATHÉIA SOUSA, portado do RG nº. 313.469 SSP/PB, e CPF nº.219.666.214, residente e domiciliado na Rua Chateaubriand Pereira, Centro, Congo-PB, para a função de PROFESSOR DE GEOGRAFIA, SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE, na Escola Municipal de Congo-PB, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reiniciado, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- CLI Pelo término do prazo contratual
- CLII Por iniciativa do contratado
- CLIII Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- CLIV Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência as relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concorrente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC

12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE

3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

JOSÉ DE ARIMATHÉIA SOUSA
CONTRATADO



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA SAMARA ALANE DOS SANTOS SALES NESTE ATO DENOMINADO CONTRATADO DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O contratante através deste instrumento contrata a senhora SAMARA ALANE DOS SANTOS SALES, portadora do RG nº 4.248.020 SSDS/PB, e CPF nº 122.976.984-61, residente e domiciliado na Rua Jose m de Oliveira, s/n, Congo-PB, para a função de TECNICA EM ENFERMAGEM, para atuação em ações de prevenção e combate ao COVID-19, no município de Congo-PB sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- Pelos serviços prestados, pelo CONTRATADO, a remuneração será correspondente a R\$1.100,00(Mil e Cem Reais), pagos mensalmente.

PARAGRAFO ÚNICO- A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincidente, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O prazo do CONTRATO é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de março de 2021, e encerrando-se em 01 de setembro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA- Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

XLIX. Pelo término do prazo contratual

L. Por iniciativa do contratado

LI. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;

LII. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA- Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência as relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

CLÁUSULA SÉTIMA- O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA- O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA- O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

06.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.2011.2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.04.01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
CONTRATANTE

SAMARA ALANE DOS SANTOS SALES
CONTRATADA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 331/2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS RESTRITIVAS E EMERGENCIAIS PARA O CONTROLE E PREVENÇÃO DO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 41.053 de 23 de fevereiro de 2021 que dispôs sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO ainda a classificação da situação dos municípios na aferida na 19ª Avaliação vigente quinzenalmente e a partir de 22 de fevereiro de 2021, na qual o município de Congo continua em "bandeira amarela";

CONSIDERANDO todos os esforços empreendidos pela Prefeitura Municipal de Congo, para a efetivação de medidas de prevenção à Pandemia da COVID-19, atentando prioritariamente para a situação epidemiológica atual da cidade nos esforços contínuos para amenizar o aumento dos números de casos

forme últimos boletins emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde e;

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população congoense;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas medidas restritivas e emergenciais de combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em todo o território do Município de Congo, ficando restrita a circulação de pessoas, a modalidade de aulas na rede de ensino, o funcionamento de comércio e das repartições públicas, no período compreendido inicialmente, entre os dias 04 e 19 de março de 2021.

Art. 2º - Permanecem abertos com adequações de protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, os seguintes serviços:

I - Serviços considerados essenciais como: supermercados, mercadinhos, mercearias, conveniência, hortifruti, lava a jato, oficina mecânica, borracharia e açougues, unidade odontológica, revendedores de água e gás, casa lotérica, laboratório de análises clínicas, poderão funcionar das 06:00 às 17:00hs.

II - Lojas de varejo, de produtos agropecuários, de material de construção poderão funcionar das 06:00 às 17:00hs.

III - Farmácias, padarias e postos de combustíveis poderão funcionar entre 06:00 às 22:00hs.

IV - Academias, até 21:00hs, sendo ainda obrigatório fazer a desinfecção com produto sanitário após cada uso dos aparelhos e proibido o uso de bebedouros, permitindo-se somente a posse de garrafa individualizada, bem como promoverá a aferição e controle da temperatura dos feirantes e público.

Parágrafo Único. Nos casos do inciso IV do presente artigo, obriga-se ainda, à apresentação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de 04 de março de 2021, dia este de começo das medidas restritivas e emergenciais explicitadas no presente decreto, a apresentar junto à Secretaria Municipal de Saúde o devido Plano de Atendimento destinado aos usuários daquele estabelecimento durante o todo de vigência estipulado no caput do Art. 1º deste decreto.

Art. 3º - Fica obrigatório, a todos os responsáveis pelo funcionamento dos estabelecimentos descritos no Art. 2º deste decreto, exigir o uso da máscara aos clientes e funcionários que neles adentrarem, mobilizarem para o fiel cumprimento do distanciamento social, bem como disponibilizar, de modo gratuito, o fornecimento de álcool em gel 70%, a fim de garantir a desinfecção das mãos dos respectivos clientes.

Art. 4º - É obrigatório, em todo território do Município de Congo/PB, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas que estejam em circulação nas vias públicas do município.

Parágrafo único - O uso de máscara previsto no caput é obrigatório nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados que estejam autorizados a funcionar de forma presencial e nos veículos públicos e particulares que transportem passageiros.

Art. 5º - As seguintes atividades poderão funcionar seguindo-se as seguintes restrições:

I - Cabeleireiros, barbearias, manicures, pedicure, serviços de depilação e demais estabelecimentos de serviços similares, atendendo exclusivamente por agendamento prévio e desde que siga todas as medidas sanitárias obrigatórias de combate ao novo coronavírus (COVID-19), objetivando-se assim, a atender um cliente de cada vez e priorizando pelo distanciamento social, evitando-se assim a aglomeração dentro do recinto do estabelecimento;

II - Missas, cultos e demais cerimônias religiosas, poderão ser realizadas nas sedes das igrejas e templos, neste caso com ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos;

III - Reuniões de associações e similares, poderão ser realizadas nas sedes destas, neste caso com ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos.

Art. 6º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a utilização de aparelhos sonoros por parte da população em geral nos espaços públicos do município de Congo/PB que possam causar aglomerações, excetuando-se a utilização de tais aparelhos por parte do poder público para fins de assegurar a realização de campanhas de conscientização na prevenção da disseminação do COVID-19.

Art. 7º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a realização de shows, festejos, públicos ou particulares, eventos culturais no âmbito da zona urbana ou rural do município de Congo/PB.

Parágrafo Único. Como forma de incentivar a prática do esporte, ficam permitidas as atividades esportivas em campos de futebol, parques, ginásios e quadras, desde que sejam observados os protocolos sanitários e de combate à pandemia, ficando ainda, proibido a presença de público nos locais que propiciem aglomerações.

Art. 8º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto o acesso de pessoas em ambientes que sejam voltados para a prática de entretenimento e que estejam localizados no âmbito do município de Congo/PB, seja na zona urbana ou rural.

Art. 9º - Os restaurantes, lanchonetes, sorveterias, estabelecimentos que comercializem a venda de bebida alcoólica e similares, poderão funcionar durante o prazo de vigência deste decreto da seguinte forma:

a) das 06:00 às 16:00hs com o atendimento dentro de suas dependências e desde que siga todas as medidas sanitárias obrigatórias de combate ao novo coronavírus (COVID-19), quais sejam: exigir o uso da máscara aos clientes que neles adentrarem, mobilizarem para o cumprimento do distanciamento social, bem como disponibilizar, de modo gratuito, o fornecimento de álcool em gel 70%, a fim de garantir a desinfecção das mãos dos respectivos clientes;

b) das 06:00 às 22:00hs com atendimento de entrega do produto em domicílio e/ou retirada do produto pelo cliente.

Art. 10 - A feira livre funcionará com as restrições impostas pelo art. 4º e seu parágrafo único.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu quadro de pessoal, irá realizar a devida fiscalização das normas descritas neste decreto junto a feira livre, e, promoverá a higienização da população com o uso de álcool 70%, bem como promoverá a aferição e controle da temperatura dos feirantes e público.

Art. 11 - A rede pública municipal durante o prazo de vigência deste decreto, funcionará em regime de aulas remotas.

Art. 12 - Em consonância com os termos do Decreto Estadual nº 41.503/2021, no âmbito deste município, as instituições privadas de ensino fundamental das séries iniciais e do ensino infantil poderão funcionar em sistema híbrido ou por meio remoto, facultando a escolha aos pais e responsáveis.

Art. 13 - As secretarias municipais, bem como a estrutura administrativa do município, permanecerão com as atividades em pleno funcionamento, no entanto o atendimento à população em geral se dará única e exclusivamente no horário de segunda-feira às sexta-feira de 08:00 às 12:00hs e com a observância das normas descritas neste decreto, a fim de evitar aglomerações nas respectivas dependências, excetuando-se os serviços de saúde.

Art. 14 - A infração a quaisquer dos dispositivos desta normativa poderá acarretar a cassação de alvará de funcionamento e interdição imediata do estabelecimento, sujeitar o infrator às penas previstas no art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e a incidência do crime de infração de medida sanitária preventiva de que trata o art. 268 do Código Penal ou de outros crimes previstos no Código Penal.

Art. 15 - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidas a Secretaria Municipal de Saúde que organizará sistematicamente o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) e a Procuradoria Geral do Município.

Art. 16 - A vigilância sanitária municipal, as forças policiais estaduais, e o PROCON estadual ficarão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesse decreto, e o descumprimento sujeitará o estabelecimento à aplicação de multa e poderá implicar no fechamento em caso de reincidência.

Parágrafo único - Os recursos oriundos das multas aplicadas em razão do disposto no caput serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Art. 17 - Os estabelecimentos autorizados a funcionar, nos termos deste decreto, deverão

§1º - Constatada qualquer infração ao disposto no caput, deste artigo, será o estabelecimento notificado e multado e poderá ser interditado por até 07 (sete) dias em caso de reincidência.

§2º - Em caso de nova reincidência, será ampliado para 14 (catorze) dias o prazo de interdição do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, na forma deste artigo.

§3º - O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até R\$20.000,00 (vinte mil reais).

§4º - Todos os órgãos responsáveis pela fiscalização, enumerados no Art. 10, poderão aplicar as penalidades tratadas nesse artigo.

§5º - O disposto neste artigo não afasta a responsabilização civil e a criminal, nos termos do art. 268 do Código Penal.

Art. 18 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 19 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se revogadas as disposições em contrário, suspendendo-se desde já, a vigência do Decreto nº 326/2021 enquanto perdurar os efeitos do presente decreto.

Prédio Sede da Prefeitura, Congo/PB, 2 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MARÇO DE 2021

TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº01

O Prefeito do Município de Congo, Paraíba, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, e combinado com o Art.79, Inciso I da Lei 8.666/93 e demais modificações e a cláusula QUARTA do contrato administrativo Nº 09/2021.

Resolve:

1- Reincidir administrativamente, o contrato pactuado com o Sr. Marcio Ubiratan de Moraes Santos, cujo objeto do contrato foi a Contratação dos serviços de MEDICO PSIQUIATRA, designado para o Centro de atenção Psicossocial- CAPS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

2- Registro e Comunicações Necessárias
Congo, 01 de fevereiro de 2021.

ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA
PREFEITO CONSTITUCIONAL

TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº02

O Prefeito do Município de Congo, Paraíba, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, e combinado com o Art.79, Inciso I da Lei 8.666/93 e demais modificações e a cláusula QUARTA do contrato administrativo Nº 010/2021.

Resolve:

1- Reincidir administrativamente, o contrato pactuado com a Sra. JOSIANE ARAUJO DA SILVA, cujo objeto do contrato foi a Contratação dos serviços de ENFERMEIRA, designado para o Centro de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

2- Registro e Comunicações Necessárias
Congo, 01 de fevereiro de 2021.

ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA
PREFEITO CONSTITUCIONAL

TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº03

O Prefeito do Município de Congo, Paraíba, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, e combinado com o Art.79, Inciso I da Lei 8.666/93 e demais modificações e a cláusula QUARTA do contrato administrativo Nº 01/2021.

Resolve:

1- Reincidir administrativamente, o contrato pactuado com a Sr. Lucas Soares Bezerra de França, cujo objeto do contrato foi a Contratação dos serviços de MÉDICO, designado para o PSFI, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

2- Registro e Comunicações Necessárias
Congo, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA
PREFEITO CONSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 117/2021

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar, **JOSE JOMÁRIO DE SOUSA**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF 055.921.794-30, RG nº 2.754.860 SSP/PB, para atuar como **IDENTIFICADOR**, na Prefeitura Municipal de Congo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 118/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, **JOELMI DE MORAIS SILVA**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF 063.515.974-04, RG nº 3.158.905 SSP/PB, ao Cargo Comissionado de COORDENADOR DE DIVISÃO, Símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 119/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, **JOSE DIONES NUNES SANTOS**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF 064.826.384-30, RG nº 2.882.235 SSP/PB, ao Cargo Comissionado de COORDENADOR PEDAGÓGICO, Símbolo CP-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional